

## **Súmula da 1ª Reunião do Grupo de Interlocutores para a Revisão do Plano Diretor**

**Data: 30/10/2019**

**Local: Auditório, Subsolo do CASS**

Membros do Grupo de Interlocutores: Ana Paula Soares Carvalho (Observatório das Metrôpoles), Antônio Ferreira de Mello (Movimento Popular de Favelas), Aruan Braga (Observatório de Favelas), Bernadete Montesano (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Rede Carioca de Agricultura), Claudia Muricy (ex-PCRJ/SMU), Christiane Ammon (Câmara Metropolitana), Giovanna Berti (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Grupo de Agricultores das Vargens), Henrique Barandier (CAU-RJ), Isabelle Cury (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN), Julio Sampaio (ICOMOS), Leonardo Tavares Ribeiro (FIRJAN), Luiz Augusto da Costa Santos Filho (Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras), Marcus Cavalcanti Pereira Leal (Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro), Rafael Winter Ribeiro (ICOMOS), Regina Chiardia (FAM-Rio), Thereza Carvalho (UFF), Vanessa Teixeira (INEA), Vinícius Monte Custodio (OAB-Barra).

Membros do CTPD: Fernanda Tejada (U/SUBU), Lucia Vetter (U/SUBU), Marcelo Fonseca (U/SUBU), Glória Torres (U/SUBU/CGPP), Monica Bahia (U/SUBU/CGPP/GM), Paulo Vianna (U/SUBU/CGPP/GM), Bruna Miceli (U/SUBU/CGPP/GM), Julia Queiroz (U/SUBU/CGPP/GM), Fabiane Albuquerque (U/SUBU/CGPP/GM), Alberto Taveira (U/SUBU/CGPP/GM), Gustavo Barreto (U/SUBU/CGPP/GNIU), Claudia Granjeiro (U/SUBU/CP), Marcio Menezes (U/SUBU/CGPP/CPT), Manoela Guerrante (U/SUBU/CGPP/CPL), Marcelo Viseu (U/SUBU/CGPP/CPL), Estela Fontenelle (U/SUBU/CGPP/CPL), Jorge Ponte (U/SUBU/CGPP/CPL), Marcelo Daniel (IHC/SUBI/CP), Adriana Lima (IHC/SUBH), Izabel Mendes (IHC/CRUF), Carlos Papera (SMAC), Alexandre Pereira (CVL/EGP-RIO), Waldir Peres (SMDEI/SUBDEP), Ricardo Lemos (CET-Rio), Juliana Monteiro (SEOP), Alan Nóbrega (Rio-Águas), Dayse Demori (SMS), Wantuil Mascarenhas (SMC), Cristina Lodi (SMC), Marcela Tuler (GEO-Rio), Nelson Meirim (GEO-Rio),

Convidados: Alberto Strozemberg (SMU), Carlos Maiolino (SMU), Eliana Rodrigues (SMU/GAB), Henrique Torres (CET-Rio), Lucia Cajaty (Rio Luz), Luciane Moutinho (CVL), Márcio Santa Rosa (SMF), Thais Garlet (SMU).

A reunião iniciou-se às 10:10 horas.

A arquiteta Mônica Bahia Schlee, Gerente de Macroplanejamento da Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU/SUBU/CGPP/GM), agradece a presença de todos e

abre a reunião convidando à mesa Rayne Ferretti Moraes da ONU-Habitat e a Secretária Municipal de Urbanismo (SMU), Fernanda Tejada. Mônica explica a composição do Grupo de Interlocutores, que, a partir desta reunião, conta com a participação dos segmentos da sociedade civil convidados, os integrantes do Conselho Municipal de Política Urbana (COMPUR) e do Comitê Técnico de Acompanhamento do Plano Diretor (CTPD) e passa a palavra à Fernanda Tejada, Secretária Municipal de Urbanismo.

Fernanda Tejada, Secretária Municipal de Urbanismo (SMU), expressa o orgulho da Secretaria Municipal de Urbanismo pelo trabalho que está sendo realizado no processo de revisão do Plano Diretor, destacando o papel do Grupo de Interlocutores e da Plataforma Colaborativa, que está em vias de ser lançada, para fomentar a participação da sociedade civil no processo de revisão.

É passada a palavra à Rayne Ferretti Moraes (ONU Habitat), que esclarece os objetivos da presente reunião: nivelamento do grupo sobre o plano e construir o caminho futuro da participação da sociedade civil. Rayne apresenta a agenda da reunião, descrevendo as atividades a serem realizadas.

Mônica (SMU/SUBU/CGPP/GM) retoma a palavra, lembrando aos presentes que já foram enviados por e-mail o cronograma, o Relatório do Diagnóstico Intersetorial Integrado, elaborado em 2018 e finalizado no início de 2019, e o formulário para preenchimento de informações sobre os anseios dos componentes do grupo para o processo de revisão do Plano Diretor e sua proposta de colaboração, bem como sobre o interesse de cada representante em participar dos sub-grupos de discussão temática.

Antes de iniciar a apresentação, Mônica (SMU/SUBU/CGPP/GM) esclarece como se dará a discussão nas suas diversas instâncias:

- Instância consultiva e propositiva: composta pelo Comitê Técnico de Acompanhamento do Plano Diretor (CTPD) e por representantes da sociedade civil (Grupo de Interlocutores + COMPUR), que abrange os seguintes segmentos: associações de moradores e movimentos sociais, empresariado, entidades de classe, organizações não governamentais, órgãos das instâncias metropolitanas, estaduais, e da União e universidades.
- Instância deliberativa: composta pelo Prefeito, pela Secretaria de Urbanismo e demais órgãos municipais. Esta instância conformará o Comitê de Gestão Governamental de Desenvolvimento Urbano (CGDU), previsto na Lei que instituiu o Plano Diretor de 2011 (Lei nº 111/2011), que ainda não se encontra em funcionamento.

- Oitiva à sociedade de forma mais ampla através de audiências públicas e da Plataforma Colaborativa, culminando na realização de uma Conferência da Cidade.

Mônica (SMU/SUBU/CGPP/GM) destaca a participação e a contribuição da equipe da Gerência de Macroplanejamento (GM) e dos membros do CTPD no processo de revisão e inicia a apresentação, informando o que é o Plano Diretor e qual o seu papel no desenvolvimento da política urbana. Apresenta a estrutura do Plano Diretor, o conteúdo dos seus títulos e principais assuntos, com destaque com o Título V, com seus sistemas e componentes.

Mônica (SMU/SUBU/CGPP/GM) relembra os marcos legais que orientam o processo de revisão do Plano Diretor em curso, dando destaque à elaboração do atual plano que, como um produto fruto da construção social que ocorreu na época, sofreu mais de 1400 emendas pelo Poder Legislativo. Informa que o Plano Diretor aprovado em 2011 vem sendo acompanhado pelo CTPD desde 2012. Mônica apresenta dois dos principais documentos gerados no processo de acompanhamento: o Diagnóstico da Cidade de 2015 e o Relatório de Avaliação do Plano Diretor de 2016, que teve como colaboradores o COMPUR e a equipe de toda a SMU. A partir da referida avaliação, mostra os avanços do plano vigente e os desafios para sua revisão. Entre os avanços citados, destacou-se a valorização da paisagem e a proteção do ambiente natural e cultural, assim como o estabelecimento das ações estruturantes para as políticas setoriais diretamente vinculadas ao desenvolvimento urbano e ambiental e a instituição dos cinco sistemas integrados. Entre os desafios elencados, destacou-se os desafios referentes à atualização e mapeamento do macroordenamento, com a atualização do macrozoneamento e territorialização oficial das áreas de restrição à ocupação, assim como a necessidade de se garantir uma maior aplicabilidade aos instrumentos para implementação do Plano.

Mônica (SMU/SUBU/CGPP/GM) apresenta o fluxo de trabalho realizado ao longo de 2018 e 2019, suas fases e documentos gerados. Destaca as etapas futuras de participação da sociedade civil e a previsão de finalização da primeira versão da minuta do novo Plano Diretor no primeiro trimestre de 2020.

Mônica (SMU/SUBU/CGPP/GM) destaca os conceitos norteadores da revisão, com enfoque transversal, objetivando o diálogo com diferentes áreas do conhecimento e a integração entre as políticas setoriais, as escalas de planejamento e os segmentos sociais.

Mônica (SMU/SUBU/CGPP/GM) apresenta as principais referências e insumos para o processo de revisão, destacando os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 e a Nova Agenda Urbana da ONU, a Estratégia de Desenvolvimento Urbano Orientado ao Transporte (DOTs), assim como os documentos Plano Municipal de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS), o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (PEDUI), os relatórios do

Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) e a legislação federal sobre o tema e também o Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDS), capitaneado pela Casa Civil. Mônica ressalta a articulação que está sendo feita no sentido de vincular as ações que estão sendo propostas para o Plano Diretor em relação ao desenvolvimento urbano sustentável às que estão sendo propostas para o PDS.

Mônica (SMU/SUBU/CGPP/GM) apresenta o conteúdo do Relatório do Diagnóstico Intersetorial Integrado que foi elaborado para embasar a revisão do Plano Diretor, detalhando os temas, desafios e a busca por interfaces intersetoriais. Faz uma síntese de informações sobre o território do município, sua população e economia urbana. Mostra também a metodologia para análise transversal, com a correlação entre os problemas, desafios intersetoriais, ações estruturantes e as políticas setoriais. Discorre ainda sobre o conjunto de objetivos gerais a serem alcançados, denominados desejos de cidade, assim como questões-chave e os eixos de desenvolvimento urbano sustentáveis propostos.

Mônica (SMU/SUBU/CGPP/GM) mostra o conteúdo da Plataforma Colaborativa para a Revisão do Plano Diretor idealizada para ampliar a participação popular nestas discussões, disponibilizando o link para acesso. Esta Plataforma informará a população o que é o Plano Diretor, o que é o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Urbana, divulgará o processo de monitoramento do Plano Diretor de 2011 e tudo o que já foi feito no processo de revisão, que se iniciou em 2018, e o que será feito até 2020. As pessoas poderão se informar sobre o que está sendo discutido e também opinar sobre a Política Urbana e colaborar com sugestões.

Mônica (SMU/SUBU/CGPP/GM) apresenta o plano de trabalho para as reuniões futuras do Grupo de Interlocutores da Revisão do Plano Diretor, destacando os temas a serem tratados nas próximas reuniões: a função social da cidade e da propriedade, as bases da política urbana, o macroordenamento territorial, os instrumentos de implementação do Plano Diretor, os coeficientes de aproveitamento dos terrenos e, por fim, os sistemas e os fundos.

Mônica (SMU/SUBU/CGPP/GM) esclarece que a ordem de discussão dos temas poderá sofrer alteração, de acordo com o andamento das discussões internas. Mônica informa sobre a constituição de subgrupos para a preparação dos temas antes das reuniões principais e pede que os representantes que não tiverem respondido ao formulário, indiquem em quais sub-grupos de discussão gostariam de participar. A agenda é apresentada, assim como as datas limites para a devolutiva à sociedade civil e da finalização da minuta inicial do plano. Por fim, Mônica mostra estatísticas dos interesses dos membros do Grupo de Interlocutores na participação dos subgrupos de discussão a partir das respostas ao formulário recebidas.

É iniciada a apresentação dos componentes do Grupo de Interlocutores, composto pelas entidades convidadas, pelos membros do CTPD, do COMPUR e das

equipes da SMU, e posteriormente a abertura da palavra a todos os participantes para perguntas.

Antonio Xaolim (Movimento Popular das Favelas) questiona se o presente grupo é deliberativo e se, no processo de participação popular, serão realizadas audiências públicas.

Mônica (SMU/SUBU/CGPP/GM) responde que este grupo é consultivo e que as audiências estão previstas para acontecer em 2020, pelo menos em cada Área de Planejamento.

Giovanna Berti (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Grupo de Agricultores das Vargens) pergunta sobre as possibilidades reais da prefeitura reconhecer no território municipal as zonas rurais.

Mônica (SMU/SUBU/CGPP/GM) responde que a terminologia vigente no Plano Diretor quando referente à atividade econômica, alude à atividade agrícola ou agrária, mas este e outros temas afins poderão ser discutidos futuramente nas reuniões temáticas dos sub-grupos.

Vinícius Monte Custodio (Ordem dos Advogados do Brasil) sugere que a prefeitura deveria disponibilizar as respostas das perguntas feitas pela população e as atualizações do processo de revisão do plano diretor na plataforma digital.

Mônica (SMU/SUBU/CGPP/GM) responde que está sendo articulada uma parceria com as universidades para acompanhar este processo e prover as devolutivas.

Bernadete Montesano (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Rede Carioca de Agricultura) retoma o questionamento feito por Giovanna Berti e expressa a necessidade do Grupo de Interlocutores em alargar a participação das entidades que a formam. Reforça ainda a necessidade de se incluir as zonas rurais no zoneamento da cidade e a importância desta atividade na economia de uma parcela significativa da população.

Mônica (SMU/SUBU/CGPP/GM) esclarece que nem todas as entidades convidadas enviaram seus representantes nesta reunião, e que o grupo é formado por associações de moradores e movimentos sociais, empresariado, entidades de classe, organizações não governamentais, órgãos das instâncias metropolitanas, estaduais, e da União e universidades. Informa que o Plano Diretor atualmente em vigor estabelece que todo o território municipal é considerado urbano e as zonas estabelecidas no zoneamento da cidade segue esta lógica.

Dayse Demori, médica da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), considera a saúde coletiva uma questão fundamental na discussão da Política Urbana, sugerindo amadurecer conceitos e práticas que podem contribuir para tornar a população mais

saudável. Questões relacionadas à moradia, saneamento básico, produção econômica, meio-ambiente, lixo, e trânsito trazem rebatimentos diretos na saúde da população. Observa que são questões complexas que precisam ser resolvidas em conjunto por diversos órgãos.

Guto Santos (Secretaria Estadual de Infraestrutura e Obras e Casa de Estudos Urbanos) menciona a dificuldade de entendimento do Plano Diretor, e sugere que é preciso um esforço para superar esse problema, fazendo uso de uma linguagem de fácil compreensão para melhorar a legibilidade do documento por todos, com desenhos, ilustrações e mapas. Guto se coloca à disposição para colaborar nesta questão.

Mônica (SMU/SUBU/CGPP/GM) concorda com a afirmação e responde que a Prefeitura, ao longo do tempo, tem buscado a formulação de cartilhas para facilitar o entendimento das legislações propostas, mas ressalta que, em relação ao Plano Diretor, este ainda é um desafio. Agradece a disponibilidade em ajudar.

Antonio Xaolim (Movimento Popular das Favelas) retoma a palavra e sugere a realização de reuniões itinerantes sobre a revisão do plano diretor. Faz o convite para a Prefeitura realizar reuniões na Rocinha.

Mônica (SMU/SUBU/CGPP/GM) responde que a prefeitura estimula e conta com a reverberação a ser feita pelos componentes do grupo de interlocutores em suas comunidades e campos de atuação sobre o processo de revisão do Plano Diretor, e que a secretaria está aberta a participar dos eventos, desde que sejam organizados pelas entidades.

Vinícius Monte Custodio (Ordem dos Advogados do Brasil) sugere que a prefeitura possibilite a consulta pública, pela internet, coletando as perguntas e problemas elencados pela população e lhes forneça respostas.

Mônica (SMU/SUBU/CGPP/GM) responde que a Plataforma fará este papel de canal de comunicação pela internet.

Henrique Barandier (CAU/RJ) afirma que os projetos de lei que influenciam a Política Urbana e estão sendo enviados ao Poder Legislativo deveriam estar antenados com o processo de revisão do plano.

Mônica responde que a maioria das legislações propostas recentemente foram apresentadas e discutidas no âmbito do COMPUR.

Marcelo Viseo (SMU/CPL/GPL3) informa que a legislação urbanística do Município do Rio de Janeiro pode ser acessada através do site da SMU, especificamente através do serviço Busca Fácil. Marcelo pergunta se a estrutura do plano poderá ser alterada.



Mônica (SMU/SUBU/CGPP/GM) responde que sim, que esta discussão está ocorrendo no âmbito da Secretaria Municipal de Urbanismo.

Marcus Leal (Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro) expressa seu desejo de que o Plano Diretor se torne uma lei conhecida por todos, e, principalmente, pelo sistema de justiça e pelo próprio município. Segundo ele, há uma grande carência de conhecimento desta lei, do que ela se propõe e de que ela faz parte de todo um sistema de normas urbanísticas que dela derivam. É preciso que o Plano Diretor tenha uma linguagem ultra-acessível, porque sem a contribuição da sociedade, tudo que se faz em macro ou micro-planejamento enfrenta grande dificuldade.

Marcus Leal (Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro) destaca ainda a questão do orçamento participativo vinculante, que é uma grande discussão ao nível do Direito e permanece sendo um grande tabu. Desta forma, indaga como o Plano Diretor pretende tornar vinculante essas leis num plano mais coercitivo.

Mônica (SMU/SUBU/CGPP/GM) responde que o Plano Diretor é um plano “mãe” da Política Urbana, com caráter norteador para as administrações estabelecerem metas que estejam em acordo com seus objetivos, diretrizes e ações estruturantes através dos Planos Estratégicos. Em relação à questão orçamentária, Mônica responde que fornecer indicações para a vinculação entre o Plano Diretor e o Plano Plurianual é uma das atribuições do CTPD, mas que infelizmente esta vinculação não pôde ainda ser alcançada efetivamente, explicitando que esta questão deve ser viabilizada quando da efetivação do Comitê de Gestão Governamental de Desenvolvimento Urbano, composto pelos Secretários das Pastas e o Prefeito.

Alexandre Pereira (Casa Civil) acrescenta que o Plano Diretor é um plano de Estado e que o Plano Estratégico é um plano de governo, que traduz os compromissos assumidos por determinada administração na condução da cidade.

Henrique Barandier (CAU/RJ) retoma a questão orçamentária, e opina que há uma falta de diálogo entre o Plano Diretor e os planos orçamentários e pergunta se há algum representante do setor orçamentário da Prefeitura no CTPD. Monica responde que há representantes da Secretaria Municipal de Fazenda.

Marcus Leal (Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro) reitera que o Plano Diretor precisa definir prazos e indicadores para medir e garantir a efetividade das ações estruturantes e que a implantação destas ferramentas poderia viabilizar a ligação com os planos orçamentários.

Monica (SMU/SUBU/CGPP/GM) responde que o estabelecimento de indicadores para monitoramento das ações do Plano Diretor está sendo discutido no CTPD, inclusive com a organização de uma cesta de indicadores de origens diversas. Porém, esta discussão será consolidada após a definição das ações estruturantes de todas as políticas setoriais.

Vinícius Monte Custodio (Ordem dos Advogados do Brasil) coloca em questão o tratamento das políticas setoriais no plano, opinando que a literatura acadêmica aponta dificuldades e fracassos da inclusão de diversas políticas setoriais no Plano Diretor. Posiciona-se mais favorável a um plano com maior enfoque territorial. Questiona se o Plano Diretor é o instrumento adequado para tratar políticas setoriais e concorda com o Marcelo Viseo sobre a necessidade de se discutir a possibilidade de alteração da estrutura do Plano Diretor.

Mônica (SMU/SUBU/CGPP/GM) responde que pensa diferente, que o Plano pode e deve abranger as bases das políticas setoriais e articulá-las sob o guarda-chuva da Política Urbana e dos sistemas, que são as grandes estratégias para implementação do Plano pois, como apontou todo o processo de diagnóstico elaborado, os problemas da cidade afetam e têm rebatimento em diversas políticas e só com a articulação entre elas será possível enfrentá-los.

Vinícius Monte Custodio (Ordem dos Advogados do Brasil) reafirma a importância do debate e pede que este tema de discussão conste dos encaminhamentos.

Claudia Muricy (ex-coordenadora de Macroplanejamento da SMU, atualmente aposentada) rememora o processo de construção do Plano Diretor de 2011, reafirma que este é um planejamento de Estado e que precisa ser bem regulamentado para fazer a conexão com o planejamento orçamentário.

Henrique Torres (CETRIO) reforça a importância das perguntas sobre a estrutura e escopo do Plano Diretor e coloca em questão a difícil efetividade das suas diretrizes na Cidade, citando como exemplo o transporte coletivo e a forma como o Plano Diretor se articula com os Planos de Estruturação Urbana (PEUs).

Mônica (SMU/SUBU/CGPP/GM) responde que o PMUS foi utilizado como insumo fundamental na revisão do Plano Diretor e que, assim como o PMUS, o Plano Diretor possui um papel real e concreto no cotidiano da gestão, mas que a percepção de sua influência pela população na sua vida precisa ser ampliada. É ao Plano Diretor que os técnicos recorrem, além das legislações setoriais e específicas, para emitirem pareceres e posicionamentos em relação às demandas da população.

Tereza Carvalho (Universidade Federal Fluminense) expressa sua concordância com a visão que o Plano Diretor deve abordar as políticas setoriais, estimulando-as e garantindo a coerência e a articulação entre elas.

Mônica (SMU/SUBU/CGPP/GM) agradece a todos e encerra a reunião às 13:30h.

**ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO DO DIA 30/10/2019:**



Conforme estabelecido no artigo 2º do Regimento Interno do Grupo de Interlocutores para a Revisão do Plano Diretor, os encaminhamentos acordados conjuntamente nesta instância consultiva auxiliarão no direcionamento do processo de Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável da Cidade do Rio de Janeiro.

Nesta reunião os encaminhamentos foram os seguintes:

- Discutir o escopo, a abrangência e a estrutura do Plano Diretor;
- Discutir a abrangência das Políticas Setoriais no Plano Diretor;
- Prever prazos e indicadores para garantir e monitorar a execução das ações estruturantes;
- Discutir mecanismos para vinculação mais efetiva do Plano Diretor com o planejamento orçamentário e tributário necessários para realizar as ações;
- Discutir mecanismos para implementação de processos participativos no planejamento orçamentário;
- Discutir a questão agrária no ordenamento territorial da cidade e seu papel na política de desenvolvimento econômico, avaliando a possibilidade de incluir uma zona rural no zoneamento da cidade;